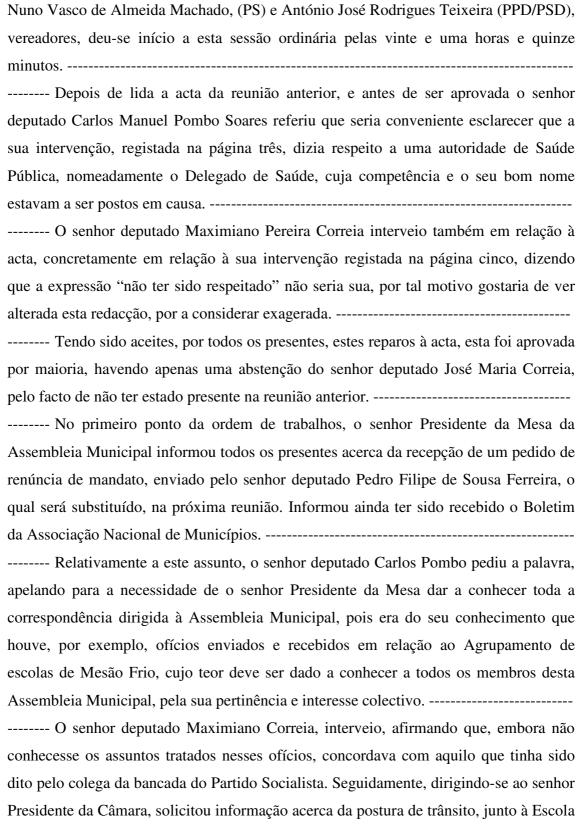


ACTA NÚMERO UM

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, no Auditório
Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão ordinária com a seguinte ordem
de trabalhos:
Ponto um – Período antes da ordem do dia;
Ponto dois - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara
acerca da actividade municipal e situação financeira;
Ponto três – Proposta de revisão do Regimento Interno da Assembleia
Municipal;
Ponto quatro – Proposta e votação de um elemento representante para o
Conselho Municipal de Educação
Ponto cinco - Proposta de aprovação do Plano Director Municipal - Versão
Final;
Ponto seis – Proposta de aprovação da alteração ao Regulamento Municipal Nº
2/2003;
Ponto sete - Proposta de aprovação do Plano de Prevenção de Risco e Gestão,
incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas;
Ponto oito – Período aberto ao público
Estando presentes os membros da Assembleia Municipal, Eduardo Cassiano
Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Mesa, Gabriela Maria Costa Rodrigues
Alves, primeira secretária, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo
secretário, Júlio da Fonseca Esteves, Manuel Pinto de Sousa, Pedro Carvalho Kendall,
Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, António César
Vicente Nunes, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, (PS), Maximiano Pereira
Correia, José da Fonseca Alves, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Teresa
Freitas Alves Lúcio, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves
Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José
Miranda Ferreira, Altino de Sousa, (PPD/PSD), e os membros da Câmara Municipal:
Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Mário Luís Mendes de Sousa Pinto,







E.B. 2,3/S Professor António da Natividade, destinada à paragem dos autocarros do transporte escolar, querendo saber se esta era definitiva, pois considerava-a um exagero, uma vez que, mesmo quando não estão lá os autocarros, não é possível o estacionamento de outras viaturas. O senhor Presidente da Câmara respondeu que aquela era uma situação transitória, mas a situação que se vivia anteriormente, essa sim, era muito perigosa para as crianças. Referiu ainda que a actual situação, transitória, teve também a colaboração da equipa da Escola Segura da Régua. Esclareceu também que vão ser criados três lugares de estacionamento de autocarros na rua de acesso ao Bairro Sá Carneiro e que entretanto poderia ser revisto o horário de estacionamento permitido ----- O senhor deputado Victor Oliveira interveio, questionando o senhor Presidente da Câmara acerca das obras da Estação de Caminho de Ferro de Barqueiros. Segundo o deputado o largo da Estação desapareceu devido às obras de remodelação da mesma e os autocarros ou outros veículos de maior porte não podem fazer inversão de marcha. O senhor Presidente da Câmara respondeu que não tinha conhecimento dessa situação e que iria enviar, já nas próximas horas, os técnicos ao local, para se inteirar do problema. ----- Antes de passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pediu desculpa por alguns lapsos ocorridos na redacção da convocatória. ---------- Seguidamente foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que referiu que o ambiente que se vive na Câmara Municipal é muito positivo e que todos os colaboradores se encontram motivados. Referiu ainda que o Executivo se tem desdobrado em contactos e reuniões para trazer apoio ao Município, para assim fazer face à grave situação em que este se encontra. Referiu ainda que algumas escolas do Primeiro Ciclo ainda estão em nome de particulares, sendo necessário proceder à regularização dessas situações. ----------- Teve ainda oportunidade de referir que queria acelerar o licenciamento de vários lotes em Oliveira e no centro de Mesão Frio, para os vender e que também queria ver renovados os espaços verdes. ------

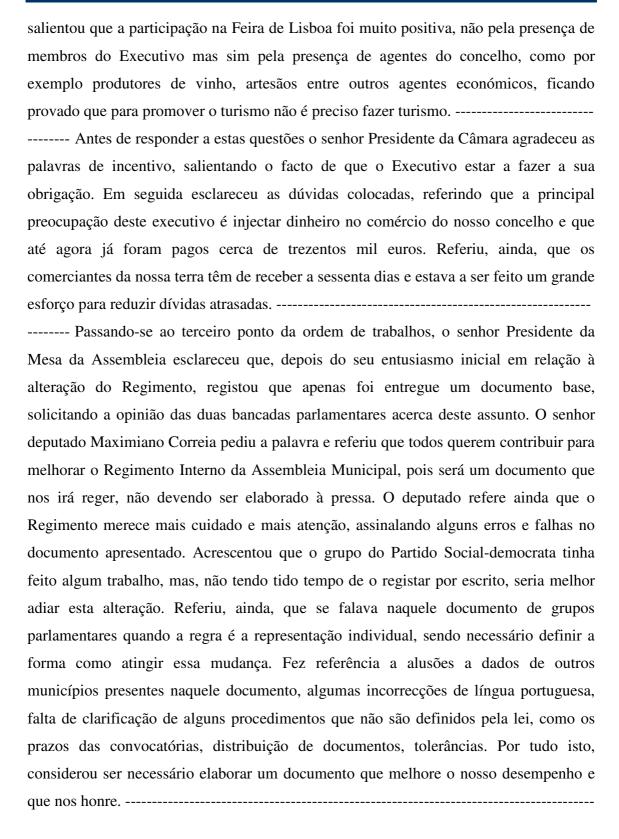
Página 3 de 10



Acrescentou que estão em fase de reformulação vários projectos, megalómanos,
herdados do anterior Executivo, os quais serão concluídos até finais de Março
Referiu-se ainda a várias obras que passaram a ser realizadas pelos funcionários
da Autarquia, nomeadamente a obra na rua de acesso ao Largo do Cruzeiro, a qual se
encontra atrasada, por falta de materiais, pois os fornecedores e vendedores já não dão
crédito. Nesta situação incluem-se também os fornecedores de plantas
Salientou o esforço que está a ser feito pela área da Educação, quanto à
articulação com o Agrupamento de escolas de Mesão Frio, e elogiou o trabalho
realizado pela área da Cultura/Cidadania, que tem mostrado uma capacidade de
organização de um largo número de iniciativas de qualidade, em tão pouco tempo
Em seguida fez uma análise da situação financeira, considerando-a bastante
preocupante, uma vez que a dívida da Autarquia ultrapassa largamente os nove milhões
de euros. Salientou o pagamento de quantias avultadas de juros e amortizações, bem
como de várias penhoras, contando já com cinco, desde Novembro. Acrescentou que
existem cerca de sete obras que não estão pagas e que irão aumentar os valores
conhecidos da dívida, até ao momento, estando a ser ponderada a possibilidade de
renegociar o factoring, para pôr termo a estas dívidas a empresas de construção
O senhor deputado Júlio Esteves, sobre o ponto dois da ordem de trabalhos
referiu que a avaliação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara deveria ser escrita
e não oral, referindo-se ainda à qualidade da redacção e apresentação da acta das
reuniões da Assembleia Municipal. Seguidamente leu a sua apreciação relativamente
aos assuntos tratados no ponto em discussão, tendo entregue esse texto à Mesa da
Assembleia, a fim de ser anexado à acta
O senhor deputado Carlos Pombo afirmou não estar surpreendido com a situação
financeira da Autarquia, a qual tinha sido alvo de vários alertas, no mandato anterior,
por parte da oposição. Questionou, em seguida, o Executivo acerca da regularização das
dívidas aos fornecedores e comerciantes do concelho, querendo saber se houve essa
preocupação, uma vez que estes eram muitas vezes os méis prejudicados. Referiu ainda
ter notado uma diferença abismal entre este Executivo e o anterior, no que diz respeito
ao cumprimento de horários e ao uso abusivo das viaturas da Câmara. Finalmente,

Página 4 de 10





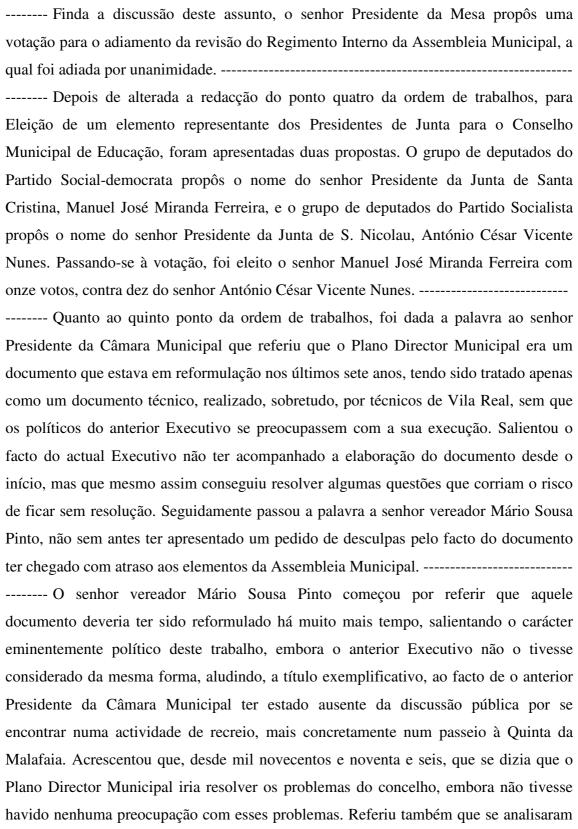
Página 5 de 10



Relativamente a este ponto o senhor deputado Júlio Esteves concordou com o
adiamento da discussão e da votação, considerando que este trabalho deve ser elaborado
entre os dois grupos
O senhor deputado Carlos Pombo considerou que a questão da representação, na
sua opinião, não se colocava, porque essa prática nunca tinha sido a nossa. Acrescentou
que subscrevia o que tinha sido já dito, concordando com o adiamento, mas sugerindo
que fosse o grupo do Partido Socialista a realizar a tarefa de organizar e rever aquele
documento
O senhor Presidente da Mesa usou da palavra, afirmando que deveria haver um
representante, pois isso facilitaria a comunicação entre as partes. Salientou que o
documento estava entregue e que as duas forças políticas deveriam chegar a um
entendimento
O senhor deputado Maximiano Correia voltou a usar da palavra, referindo que a
"paternidade" do documento não estava em causa. Referiu, também, que não via
espartilho na questão do grupo parlamentar e do representante desse grupo, uma vez que
todos poderão, ainda assim, manifestar as suas opiniões. Acrescentou que aquele
trabalho poderia ser realizado em comum, sem que viesse a existir um documento A e
um documento B, entrando num consenso
O senhor deputado Carlos Pombo concordou com a existência de um
interlocutor privilegiado, mas reafirmou que a figura de um representante do grupo
parlamentar impediria a intervenção de todos, sendo que este conceito era muito mais
abrangente do que um mero interlocutor privilegiado. Sugeriu, em seguida, que o
deputado Júlio Esteves e o deputado Maximiano Correia se reunissem para realizar este
trabalho, sendo mais tarde apresentado em sede de reunião de Assembleia Municipal
O senhor deputado Júlio Esteves considerou que a base de trabalho e de
discussão deveria ser o documento apresentado pela Mesa, porque assim estava previsto
na lei, mostrando-se disponível para o trabalhar sozinho ou acompanhado
O senhor deputado Maximiano Correia, embora discordando da questão legal
levantada pelo senhor deputado Júlio Esteves, mostrou-se também disponível para
realizar aquele trabalho

Página 6 de 10







exaustivamente todas as reclamações dos munícipes, embora continuassem a existir muitos constrangimentos quanto à reserva ecológica, à reserva agrícola, entre muitos outros. Ainda assim o actual Executivo fez um esforço para reunir com o professor Luís Ramos e um consultor, a fim de se poder resolver algumas situações, embora tivessem ficado muitos outros pedidos por satisfazer, tendo havido cerca de seis versões diferentes do documento, de acordo com o evoluir dos trabalhos. ------------ Passando à discussão deste assunto, o senhor deputado Maximiano Correia pediu a palavra, levantando uma questão quanto a uma Unidade Operativa de Gestão, mencionada, junto ao cemitério. Acrescentou que o envio do documento também não tinha acontecido da melhor maneira, havendo discrepâncias na informação, tendo ficado baralhado com a situação. Concordou que houve questões que não foram acauteladas neste processo, mas que o interessava era apreciar o resultado, tendo considerado que as reclamações não foram atendidas da mesma maneira. Referiu que houve justificações plausíveis, mas que outras não tinham qualquer fundamento, exemplificando com um caso de Barqueiros (reclamação número dois). Ainda se referiu a algumas questões técnicas de alguns artigos (número dois, do Artigo 13°; Artigos 53°,54° e 55°), concluindo que o texto é pobre e com falhas ao nível da língua portuguesa. Quanto à questão política afirmou que essa pertencia ao passado e que não era esse o alvo da ----- O senhor deputado Manuel Sousa também usou da palavra, referindo que este Plano Director Municipal, tal como nos foi deixado pelo anterior Executivo, estava cheio de maldades e feito a favor dos interesses instalados e à medida de quem tinha informações privilegiadas da Câmara. Considerou ainda mais grave que algumas dessas maldades tenham sido "cirurgicamente" feitas em prejuízo de alguns e a favor de outros. Referiu, ainda, que, apesar desses motivos, queria deixar claro que só iria votar favoravelmente à aprovação do documento, por duas razões, sendo elas o facto dos mesãofrienses não poderem continuar à espera de um Plano Director Municipal que chega com vinte anos de atraso e o facto de ainda acreditar que o actual Executivo tudo fará para remediar as injustiças que o mesmo contém. -----

Página 8 de 10



O senhor deputado Pedro Kendall interveio também nesta discussão, afirmando
que naquele momento pouca coisa lhe custava mais do que a aprovação deste
documento. Referiu que se tratava de um documento mesquinho, mal realizado, não
respeitando as características das freguesias, sobretudo de Barqueiros e Vila Marim.
Acrescentou que o documento iria permitir resolver alguns problemas, mas que não
cumpria os objectivos de um documento desta natureza
Finalmente o senhor Presidente da Mesa interveio, solicitando uma intervenção
do senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de dar uma explicação que nos
desse esperança, face ao que se poderá vir a passar no futuro próximo. Questionou o
facto de se ter andado sete anos a fazer o quê, querendo perceber melhor esta situação
O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, afirmando que assumia
um compromisso com os munícipes de Mesão Frio, no sentido de vir a ser possível
resolver os problemas que irão surgindo, não tendo a intenção de deixar esse trabalho só
nas mãos dos técnicos. Referiu que poderia ter sido feito de uma forma bem melhor, não
tendo o poder político ido para o terreno. Contudo considerou que a aprovação daquele
documento não poderia ser posta em causa, visto que sem ele o concelho pararia
O senhor Maximiano Correia quis esclarecer que não se sentia um dos
responsáveis por esta situação, havendo alturas próprias para as pessoas se
pronunciarem. Neste caso concreto, nunca tinha sido trazido qualquer elemento daquele
documento a discussão na Assembleia Municipal. Afirmou que sempre houve questões
com as quais não concordava e manifestou por várias vezes a sua posição, contrária à do
anterior Executivo. Concordou que o menos mau naquele momento seria aprovar o
documento em causa
Finda a discussão e posta a votação, a revisão do Plano Director Municipal foi
aprovada por maioria, com vinte votos a favor e uma abstenção do senhor deputado José
da Fonseca Alves
Relativamente ao ponto seis da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da
Câmara Municipal informou que aquela proposta consistia apenas na alteração do texto
no que respeita aos guardas-nocturnos, por imposição da lei
Posta a votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade



No que diz respeito ao ponto sete da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da
Câmara esclareceu que esta proposta se prende com um imperativo legal, cujo prazo de
aprovação já teria sido ultrapassado há alguns meses, embora essa situação não fosse da
responsabilidade do actual Executivo
O senhor deputado Maximiano Correia comentou que este era um documento
que a seu tempo iria mexer com algumas práticas, embora o seu valor fosse muito
relativo. Acrescentou que deveriam ser corrigidos alguns erros de ortografia
Posta a votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade
No período aberto ao público não houve qualquer pedido de intervenção
Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal suspendeu a sessão, a fim de ser redigida, para efeitos imediatos, a minuta da
acta que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas, da
qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos
elementos da Mesa da Assembleia Municipal
O Presidente:
A primeira secretária:
O segundo secretário: